

ATA DA 25ª. REUNIÃO ORDINÁRIA – BIÊNIO 2016/2018 DO COMDEMA
REALIZADA EM SETE DE NOVEMBRO DE 2018.

No dia sete do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a Vigésima Quinta Reunião Ordinária – biênio 2016/2018 do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA, no Auditório do Parque Zoobotânico – Orquidário Municipal de Santos – Praça Washington – José Menino – Santos – SP., com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 24ª. Reunião Ordinária; 2 – Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima – Informes sobre a Erosão da Ponta – Coordenador – Marcos Libório – SEMAM; 3 – Programa de Comunicação Social do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista – Ana Patrícia Arantes (FunBEA); 4 – Discussão sobre a Política Ambiental no Município de Santos; 5 - Comunicados da Secretaria; 6 – Assuntos Gerais. Compareceram à reunião os seguintes representantes: Viviane Amaral Ferreira e Andréa Vieira Setubal (SEMAM I), Márcio Paulo Gonçalves (SEMAM II), Marcos Pellegrini Bandini (SESEG), Alexandre Magno J. Marques (SEFIN), Pedro Paulo de Mello e Souza Lima (SEMES), Romilda Lorenzo Gomes (SETUR), Paulo Antonio Fritelli (SMS), Greicilene Regina Pedro (SEDURB), Eduardo Shimabukuro (CET), Luciane Alves Maranhão (UNISANTA); Cleide Barbieri de Souza (UNILUS), Maria Fernanda Palanch (UNIMONTE), Thaís Carezato de O. Markevich (CIESP), Ademar Salgosa Junior (CREA), Domingos Mariotti Tringali (AEAS), Zenivaldo Assunção (ABES), Patrícia Trindade do Val (OAB), Fábio Antônio Boturão Ventriglia e José dos Santos Fernandes (ASS/SURF), Renato Prado e Ibrahim Tauil (CONCIDADANIA). Ausência justificada: PRODESAN, UNISANTOS e ACS. Ausentes: SEDUC, SIEDI, SESERP, SEDS, SECULT, SAPIC, COHAB, FATEC, SINDICADO DOS ENGENHEIROS, Ecofaxina; Fundação Mokiti Okada, Clube Soroptimista Internacional de Santos e COMEB. Convidados: Secretário do Meio Ambiente Marcos Libório, Eduardo Kimoto Hosokawa (SEDURB), Ricardo Romano Fernandes (SEGOV), Dionísio Matheus Andrade (Fórum da Cidadania), Ana Patrícia Arantes (FunBEA), Rosa Cristina Nascimento (SABESP), Marcus Neves Fernandes, Carlos Américo Bulhões, Éder Santana de Oliveira e Leila Abreu Oliveira (SEMAM); Paula Kasten (UNIFESP); Gabriela Haydée de Castro Nogueira (USP). O Presidente deu início à reunião cumprimentando todos os presentes. Perguntou se alguém teria algo a opor quanto à ata enviada por e-mail para leitura prévia, sendo a ata aprovada. Em seguida, o Presidente convidou o Sr. Marcos Libório, Secretário de Meio Ambiente e coordenador da comissão de mudanças climáticas, a atualizar as informações. Este agradeceu e informou que no Projeto Piloto da Ponta da Praia um dos eixos principais é a erosão costeira e notou-se que no evento climático (ciclone) ocorrido em 03/11(sábado) foram observados 02 principais efeitos, 1º redução da energia das ondas nos locais aonde foram instalados os bags, 2º depósito positivo das areias na região pós bags. Ressaltou que o objetivo dos bags é a redução da energia das ondas e o propício do depósito da areia para a recomposição do perfil praiial. Comunicou que o resultado obtido naquela região foi positivo. Salientou sobre arquivamento de processo contrário a Prefeitura, quanto ao período de atraso da obra. Participou sobre processo para aquisição de bóias de sinalização nos locais onde estão os bags. Informou que o monitoramento do Projeto é efetuado pela UNICAMP. Finalizou comunicando sobre o 1º Seminário da Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima (CMMC) em parceria com o MMA e a GIZ, que ocorrerá no dia 09/11/2018, das 09 às 18 h no Auditório do Orquidário com a Comissão Consultiva Acadêmica (CCA), formatado em rodas temáticas (eixos temáticos). Participou que estes trabalhos de pesquisa darão suporte aos direcionadores e planejamento dos trabalhos da CMMC. O Sr. Fábio apontou que houve boa intensidade de ondas no evento citado (ciclone), e que a energia destas foram amortecidas pelos bags. O Presidente sugeriu como pauta para a próxima reunião a apresentação do resumo do 1º Seminário da CMMC. A seguir, Sra. Ana Patrícia foi convidada a iniciar sua apresentação. Ela agradeceu e discorreu sobre o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA) que oferece assistência na parte de educação ambiental de forma compartilhada, procurando estar em todos

lugares. Participou que uma das características do programa é de formadores não apenas de comunicadores nos processos formativos. Salientou que este acredita na formação de pessoas para o envolvimento e colaboração nas Políticas Públicas. Comunicou que o FunBEA é dividido em 03 bacias: Sul (Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe) Centro (Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande) e Norte (Guarujá e Bertioga). Ressaltou sobre a divisão do Programa; 1ª Comunicação, 2ª Formação e Mobilização Social e 3ª Articulação. Informou que o Comitê de Bacias em 02 anos financiou R\$ 20.000.000,00 em projetos e noticiou sobre o projeto “ComÁgua” que tem como proposta, o diálogo com os diferentes públicos inseridos nas bacias hidrográficas da região, abrangendo os nove municípios, para construir o Programa de Forma Participativa. O Sr. Paulo Fritelli perguntou sobre o licenciamento ambiental referente a transposição do Rio Itapanhaú. A Sra. Ana Paula informou que na questão apresentada do processo de licenciamento ambiental do Rio Itapanhaú, o Comitê de Bacias efetua seu parecer através de suas comissões técnicas que será emitido para a CETESB/CONSEMA. Ressaltou que para a Sabesp receber a licença de instalação e operação, terá que cumprir com as condicionantes determinadas pelo Comitê. O Sr. Ibraim perguntou qual o fator causal da transposição do Rio. O Sr. José Roberto questionou sobre a ausência de propostas com alternativas para despoluição dos rios. O Sr. Marcos Bandini informou que a Política Pública de Recursos Hídricos está muito estruturada, e que o plano é ótimo. O Sr. José Roberto reiterou que o plano é ótimo e que as ações é que são divergentes. Este afirmou que a licença ambiental pela CETESB, quanto a transposição do Rio Itapanhaú está emitida. Perguntou se há alguma ação civil pública da Promotoria do Meio Ambiente contra isto tramitando. Caso não esteja, salientou a necessidade da abertura desta, solicitando a análise de ciclo de vida para a SABESP visando comparar as alternativas. A Sra. Viviane informou que existe sim, algum assunto sobre esse fato e que o Ministério Público está acompanhando. A Sra. Patrícia solicitou envio de ofício/convite ao GAEMA para participação na reunião do COMDEMA com pauta referente a transposição do Rio Itapanhaú. No item 4 o Presidente relatou o ofício enviado pelo COMDEMA à Procuradoria Jurídica (PROJUR) referente a existência de uma Política Pública Ambiental no município de Santos, no qual ocorreram manifestação de vários Setores. A Sra. Patrícia informou sobre a necessidade de um melhor esclarecimento na cota dada pelo Analista Ambiental Sr. Carlos Américo. Este informou que dentro do Plano Diretor da LC de nº 1005 de 16 / 07/2018, existem vários capítulos (I, II, IV e V) artigos e incisos que falam da Política Ambiental, apresentando normas e diretrizes desta. A Sra. Patrícia informou que em seu entender esta encontra-se dispersa dentro do Plano Diretor. Ressaltou que a Política Pública tem que estar melhor estruturada e sugeriu ao COMDEMA o envio de proposta para a alteração da lei do Plano Diretor para que dentro do “Capítulo V”, que discorre sobre a Política Pública de Meio Ambiente, sejam inclusas as diretrizes. A Sra. Greicilene informou que a lei do Plano Diretor é recente e que este passou por várias audiências públicas e discussões no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU). Citou que o Plano Diretor dá diretrizes gerais de ocupação, de desenvolvimento do município como um todo, estabelecendo a necessidade de políticas de planos setoriais. Ressaltou que o Meio Ambiente abrange todas as questões (Mobilidade, Defesa Civil, Habitação) sendo assuntos transversais. O Sr. Márcio Paulo informou que o Plano Diretor é um plano mestre e através deste pode-se fazer qualquer plano. O Sr. Marcos Bandini informou que o Plano Diretor é o instrumento máximo da Política de Desenvolvimento Urbano e não o instrumento que articula a Política de Meio Ambiente, que se encontra dispersa dentro do Plano Diretor. O Presidente informou que o assunto será conduzido pela Câmara Técnica Jurídica do Conselho para um melhor entendimento do cenário e propostas de alternativas para encaminhamento para a consolidação da Política Pública Ambiental. O Sr. Fábio Antônio sugeriu que na próxima reunião os conselheiros tragam propostas referentes a Política Pública Ambiental. O Sr. Dionísio informou que o Meio Ambiente também tem relação com a saúde. No item 5. Comunicados da Secretária informou sobre requerimentos recebidos que serão listados e enviados por e-mail aos conselheiros. Informou sobre ofícios enviados nº 59 – Política Pública Ambiental para a PROJUR (respondido), nº 60 - Comissão do Verde da Câmara Municipal de

Santos, o retorno dado ao próprio Presidente do Comdema pelo Vereador Benedito Furtado que informou sobre a deliberação de Emenda Parlamentar de R\$ 35.000,00. O Sr. Ibrahim solicitou a retificação do ofício nº 60, pois o assunto seria dar suporte ao programa de Arborização Municipal, podendo ser incluso na Lei Orçamentária Anual (LOA), ofício nº 62 encaminhado ao Prefeito quanto ao retorno da Copaísa para a Semam, até o momento sem retorno, ofício nº 58 encaminhado para o Arquiteto Wagner Ramos - Unidade do Gerenciamento do Programa da Nova Entrada de Santos, foi respondido, estando a disposição do Conselho para ciência, reposta esta que também será encaminhada ao Sr. João Inocêncio. Em assuntos gerais a Sra. Thais (CIESP) perguntou se há calendário para podas e se respeitam a reprodução dos pássaros. Informou que considera inadmissível efetuar poda na primavera na cidade inteira, e que poda de raiz não existe, pois ao podar a raiz está condenando-se a árvore. O Sr. Marcos Libório informou que o calendário de poda é efetuado pela SESERP. Informou ainda sob ordens de serviços nº 003 e nº 005 de 05/09/2018, sobre a retirada e remoção de árvores no município de Santos, que só poderão ser realizadas com prévia autorização da Secretaria do Meio Ambiente e que os processos que estavam caminhando anteriormente a esta data, continuarão até sua conclusão em sua respectiva Secretaria. Participou sobre lei sancionada pelo prefeito em 25/08/17, na qual não se pode realizar poda acima de 50% de uma árvore. Solicitou que todos pontuassem o avanço no viés do controle ambiental obtidos nestes 02 anos. Informou também sobre a interrupção do Inventário Arbóreo, porém com detenção do controle da retirada das árvores este será retomado. Participou que em parceria com o SESERP foi aprovado experimentalmente a utilização de um refletor de raízes (peça rígida em concreto) para efetuar o redirecionamento das raízes. O Sr. Ibraim informou sobre mutilação de ipê-amarelo com ninhos de pássaros (rua Luiz de Camões) por empresa terceirizada. Ressaltou a importância do serviço de poda retornar à SEMAM. A Sra. Leila pontuou que, para a população adquirir um olhar emocional para os ninhos de pássaros instalados em árvores, serão necessárias campanhas publicitárias divulgando esta informação, e que posteriormente resultará na diminuição do número de podas de árvores. O Sr. Fábio informou que não tem lógica o munícipe solicitar poda, cabendo ao poder público manter constante vigilância sobre esta necessidade para a preservação do patrimônio. O Sr. Marcos Libório solicitou ao Conselho notificação ao representante da Seserp neste Conselho, para esclarecimento dos questionamentos apontados na reunião referentes a poda. O Presidente convidou a todos para apresentação sobre a Entrada da Cidade, hoje às 14h na AEAS. O Sr. Fábio (ASS/SURF) informou que constatou que na orla da praia, não há água potável disponível para a comunidade em geral, o que ocasiona grande quantia de descarte de garrafas e copos d'água e geração de resíduos na orlada praia. Solicitou envio de ofício a Sabesp sobre a possibilidade em disponibilizar pontos de água potável na orla da praia, de modo gratuito para a população. A Sra. Romilda informou que em Nova Iorque e Roma este método é utilizado. O Sr. Renato comunicou que buscar experiências de outros países é importante. A Sra. Viviane informou que discorda, pois há a necessidade de se efetuar projetos eficientes em geral, não apenas só um item, neste caso da água. O Sr. Ibraim fez observação quanto as ausências de Conselheiros na última reunião, também sugeriu o encaminhamento de ofício para a Secretária de Educação quanto a utilização de alimentos transgênicos e derivados que, conforme lei municipal, não podem ser utilizados na merenda escolar do município de Santos. O Sr. Dionísio sugeriu sobre se intensificar o cultivo de resíduos orgânicos nas hortas. O Sr. Paulo Fritelli informou que no Rio Jordão no Egito também há transposição. O Sr. Renato informou sobre Audiência Pública dia 09/11 às 18h, na Câmara Municipal de Santos com a pauta "Incineração de Resíduos". A Sra. Gabriela solicitou apresentação de projeto sobre a dengue para a próxima reunião. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, para a lavratura da presente ata, que lida e achada exata, vai assinada por mim, Glauca Santos dos Reis e pelo Presidente do COMDEMA.

ADEMAR SALGOSA JUNIOR

GLAUCIA SANTOS DOS REIS